

# Efeito da Pandemia na Evidenciação dos Passivos Contingentes das Companhias Listadas na B3 no Segmento Novo Mercado

## Effect of The Pandemic on the Disclosure of Contingent Liabilities of Companies Listed on B3 in the New Market Segment

Artigo recebido em: 16/11/2022 e Artigo aceito em: 29/09/2023

### Gislene Daiana Martins

Curitiba-PR  
Doutora em Contabilidade pela UFPR<sup>1</sup>  
gislenedaiana@gmail.com

### Saulo Silva Lima Filho

Curitiba- PR  
Doutor em Contabilidade pela UFPR  
Contador no PROAD/UFPR  
saulolfilho@gmail.com

### Marcos Wagner da Fonseca

Curitiba-PR  
Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR  
Professor Associado do Departamento de Administração Geral e Aplicada da UFPR  
marcos.w.fonseca@gmail.com

## Resumo

O estudo analisou diferenças significativas na evidenciação dos passivos contingentes antes e após o início da pandemia Covid-19 e em que medida os critérios de evidenciação explicam o contingenciamento evidenciado. Os dados foram analisados por estatísticas descritivas, testes de diferenças de médias e análise de regressão. Os resultados apontaram que em relação ao nível de *disclosure* não há diferenças significativas nos períodos analisados, ou seja, as empresas vem mantendo um padrão de divulgação exigido pela norma independente do contexto de crise sanitária e econômica mundial. Entretanto em relação ao valor das contingências divulgadas, constatou-se diferenças significativas entre os períodos analisados tanto

<sup>1</sup> UFPR - Universidade Federal do Paraná - Curitiba - PR - CEP. 80.060-000.

pelos testes de diferenças de médias, quanto pela análise de regressão, corroborado pelas estatísticas descritivas em que observou-se um aumento de 16% no valor das contingências divulgadas no ano de 2020, denotando portanto, um efeito da pandemia da Covid-19 sobre o aumento da possibilidade de perdas para demandas judiciais. O aumento das contingências também pode estar associado a riscos fiscais. A incerteza relacionada à duração da pandemia e as perspectivas de recuperação econômica, pressões ascendentes sobrepostas sobre as dívidas públicas e privadas estão alimentando a exposição dos países a riscos fiscais e conseqüentemente ao aumento de demandas judiciais.

**Palavras-chave:** Passivos Contingentes; CPC-25/2009; Evidenciação Contábil; COVID-19.

## Abstract

The study analyzed significant differences in the disclosure of contingent liabilities before and after the onset of the Covid-19 pandemic and to what extent the disclosure criteria explain the evidenced contingency. Data were analyzed using descriptive statistics, mean difference tests and regression analysis. The results showed that, in relation to the level of disclosure, there are no significant differences in the analyzed periods, that is, companies have been maintaining a standard of disclosure required by the standard, regardless of the context of the global health and economic crisis. However, in relation to the value of the disclosed contingencies, there were significant differences between the periods analyzed both by the tests of differences in means and by the regression analysis, corroborated by the descriptive statistics in which there was an increase of 16% in the value of the contingencies released in 2020, thus denoting an effect of the Covid-19 pandemic on the increased possibility of losses for lawsuits. The increase in contingencies may also be associated with fiscal risks. Uncertainty related to the duration of the pandemic and prospects for economic recovery, overlapping upward pressures on public and private debt are fueling countries' exposure to fiscal risks and, consequently, an increase in lawsuits.

**Keywords:** Contingent Liabilities; CPC-25/2009; Accounting Disclosure; COVID-19.

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo essencial da contabilidade é fornecer informações úteis e relevantes para a tomada de decisões dos usuários (IUDÍCIBUS, 2014). Nesse sentido, a evidenciação contábil é um instrumento que possibilita a redução da assimetria informacional e do grau de incerteza da informação contábil, fornecendo bases mais

confiáveis de informações para a tomada de decisões dos usuários (SCARPIN; MACOHON; DALLABONA, 2014).

Outro aspecto importante é a questão da convergência da contabilidade às normas internacionais, que vêm provocando alterações significativas em relação ao *disclosure* efetuado pelas empresas (OLIVEIRA; BENETTI; VARELA, 2011).

De acordo com Gelbcke *et al.* (2018), uma possível saída de recursos, que caracteriza um passivo contingente, pode se tornar inesperadamente uma saída provável, havendo a necessidade nesse caso, do reconhecimento da respectiva provisão nos demonstrativos contábeis à contrapartida das referidas despesas. Dessa forma, entende-se que tais informações são relevantes para os usuários, pois poderão influenciar suas decisões (VIVIANI; FERNANDES, 2014). Nesse sentido, tanto a omissão quanto a divulgação dessas informações poderão influenciar o comportamento de investidores e acionistas.

Rosa (2014) afirma que uma classificação errônea das contingências pode resultar na elaboração de relatórios financeiros que não refletem a realidade econômico-financeira das empresas, alterando dessa forma, a percepção dos investidores.

A pandemia da COVID-19 acarretou um grande impacto na economia mundial. Diante desse cenário de crise, a preocupação em evidenciar nas demonstrações contábeis (DCs) os efeitos produzidos pela COVID-19 tornou-se um dos principais temas entre os órgãos reguladores e normatizadores, como a *Securities and Exchange Commission* (SEC) e o *International Accounting Standard Board* (IASB) (PEREIRA *et al.*, 2021).

As implicações contábeis da COVID-19 afetam não só o reconhecimento contábil, mas também as divulgações a serem realizadas pelas companhias. Martins (2020) afirma que é por meio das Notas Explicativas, local onde é feita a divulgação das contingências, que as empresas devem divulgar todas as possíveis alterações relevantes em seu patrimônio, em função dos riscos atuais e futuros gerados pela crise (PEREIRA *et al.*, 2021).

Desta forma, o presente estudo busca analisar a possível existência de diferenças significativas na evidenciação dos passivos contingentes antes e após o início da pandemia da Covid-19 nos exercícios de 2019 e 2020 nas empresas listadas na B3 no segmento Novo Mercado, bem como verificar em que medida os critérios de evidenciação explicam o contingenciamento reconhecido por essas empresas.

A escolha da população, relacionada às empresas listadas no Novo Mercado, justifica-se pelo mais alto nível de Governança Corporativa e exige maior transparência nas informações financeiras prestadas. Preza também pelos direitos dos acionistas, tais como emissão exclusiva de ações ordinárias, com direito a voto (VOGLINO, 2020).

Do ponto de vista teórico, este trabalho se justifica pela importância que a evidenciação de todas as informações contábeis tem aos mais variados usuários destas informações, sejam elas fatos já ocorridos, ou fatos que ainda possam ocorrer, e se há diferenças na divulgação no contexto pandêmico. Em relação à perspectiva empírica, constata-se que a evidenciação das contingências além de exercer influência significativa sobre os investimentos, possibilita aos gestores e demais partes interessadas tomar decisões de maneira mais prudente, pois permite a avaliação dos riscos nos quais as entidades estão expostas, seja em contexto de crise ou não (VIVIANI; FERNANDES, 2014).

## 2.2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Evidenciação Contábil

Conforme Iudícibus (2014, p. 4) o objetivo básico da contabilidade é “prover informação útil para a tomada de decisões

econômicas” a seus usuários. Nesse contexto, o *disclosure* faz parte dos objetivos da Contabilidade ao prover informações variadas para os diferentes tipos de usuários. Dessa forma o autor entende que a “evidenciação é um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos” (IUDÍCIBUS, 2014, p. 4).

Segundo Iudícibus (2014, p. 110) “toda informação para o usuário precisa ser, ao mesmo tempo, adequada, justa e plena, pelo menos no que se refere ao detalhe que está sendo evidenciado”, pois tanto o excesso quanto a falta de informação podem ser prejudiciais. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2009). Segundo Iudícibus (2014) os tipos de evidenciação podem variar, mas na sua essência é a mesma, ou seja, apresentar informação quantitativa e qualitativa de forma ordenada, deixando o mínimo possível de fora das demonstrações formais para que o usuário tenham uma base adequada de informação. Nessa perspectiva, tanto ocultar quanto fornecer informação resumida é tão prejudicial quanto fornecer excesso de informação.

Estudos anteriores demonstram que a evidenciação contábil ajuda a reduzir o grau de incerteza e a assimetria da informação (DANTAS *et al.*, 2005). De acordo com Healy e Palepu (2001) a demanda por evidenciação nos mercados de capitais é originada em função da ocorrência da assimetria informacional e conflitos de agência entre administradores e investidores.

Nas empresas de maneira geral, existe a distinção entre a propriedade e o controle. Em função disto, podem ocorrer divergências de objetivos entre os agentes ou gestores e o principal ou proprietários de capital, surgindo os chamados conflitos de agência (BERLE; MEANS, 2017; JENSEN; MECKLING, 1976). Tais conflitos, de acordo com os mesmos autores, podem ocasionar falta de alinhamento de interesses e objetivos entre principal e agente, o que por sua vez pode prejudicar o desempenho das organizações.

Hendriksen e Van Breda (2009) informam que a assimetria informacional é causada por informações incompletas ou quando todos os aspectos dessa informação são desconhecidos pelas partes interessadas. E para reduzir essas assimetrias, é necessária a adoção do *disclosure* para que as informações sejam divulgadas de forma adequada, justa e plena aos seus usuários (IUDÍCIBUS, 2014).

### 2.2 Passivos Contingentes

As contingências, juntamente com as provisões, são tratadas pelo CPC-25/2009. O objetivo deste CPC é “assegurar que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”. Além disso, o referido CPC orienta que “seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas, para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.”

De acordo com o CPC-25/2009 uma provisão é um passivo de prazo ou valor incertos e deve ser reconhecido apenas quando uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou não-formalizada) como resultado de um evento passado; é provável que ocorra uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Um passivo contingente, conforme o CPC-25 (2009, p.4) é “uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade.”

Nota-se que o que diferencia uma provisão de um passivo contingente é a probabilidade de ocorrência de saída de recursos que originaram benefícios econômicos futuros. (JESUS; SOUZA, 2016).

O CPC-25/2009 também esclarece que uma entidade não deve reconhecer um passivo contingente, deve apenas divulgar em notas explicativas quando for possível a ocorrência de tal evento, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos.

Jesus e Souza (2016) adaptaram um quadro de classificação e tratamento contábil de Gelbcke *et al.* (2018), que será mostrado no quadro 01.

**Quadro 01** – Classificação e tratamento dos passivos contingentes

Probabilidade de Ocorrência	Tratamento
Provável	Reconhecimento da provisão nas demonstrações contábeis desde mensuradas confiavelmente.
Possível	Não é reconhecida provisão, entretanto o passivo contingente deve ser divulgado em notas explicativas
Remota	Nenhuma provisão é reconhecida e nenhuma informação divulgada.

**Fonte:** Adaptação de Gelbcke *et al.* (2018), conforme Jesus e Souza (2016)

Em relação a probabilidade de ocorrência, o CPC-25/2009 define como provável quando a chance de ocorrência da contingência passiva for maior do que a probabilidade de não ocorrência.

Do mesmo modo, será considerada possível quando a chance de não se concretizar for superior à de ocorrência. Por fim, será classificada como remota quando for praticamente nula a possibilidade de materialização da contingência.

Logo, as provisões são aquelas obrigações prováveis cujo vencimento ou o valor são incertos, mas se consegue fazer uma estimativa confiável de uma ou outra variável ou ainda de ambas. Por isso são divulgadas nas demonstrações contábeis tal como um passivo. Em outras palavras, são passivos com data e/ou valor incertos. As obrigações remotas são aquelas com probabilidade de ocorrência muito pequena, neste caso as entidades não precisam fazer nada, nem evidenciar nos relatórios financeiros, nem nas notas explicativas.

Os passivos contingentes por sua vez são aquelas obrigações com possibilidade de ocorrência menor do que a de não ocorrência, ou seja, menor do que 50%, as quais são evidenciadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis. No caso deste trabalho, serão analisados os passivos contingentes, ou seja as possíveis saídas de recursos das entidades às quais incorrem em potenciais riscos de perdas econômico-financeiras para as entidades podendo afetar seu desempenho de forma geral e consequentemente a percepção dos usuários acerca da continuidade das suas operações.

### 4.3 Estudos anteriores

Suave *et al.* (2013) analisaram se as empresas mais negociadas da BM&FBOVESPA (atual B3) respeitam as disposições do CPC 25 quanto à divulgação de passivos contingentes. Os resultados demonstram que as empresas divulgam principalmente processos judiciais relacionados a causas fiscais, cíveis e trabalhistas, com menor divulgação de contingências ambientais. Quanto aos itens solicitados pelo CPC 25, verifica-se maior atendimento quanto à descrição da natureza, estimativas de efeitos financeiros, critérios de mensuração e incertezas relacionadas a valores e data

de ocorrência. Nas correlações, verificou-se maior atendimento por parte dos setores de Petróleo e Gás, Telecomunicações, Finanças e Seguros, Química e Energia Elétrica, e correlação inversa a empresas com mais liquidez.

Pinto *et al.* (2014) buscaram identificar se a evidenciação de provisões e passivos contingentes está relacionada com o valor de mercado das companhias abertas brasileiras nos períodos de 2010 a 2013 e quais fatores estavam relacionados com esse nível de evidenciação. Os resultados demonstraram que existe uma relação inversa entre o valor de mercado das companhias e o nível de evidenciação e que apenas 54,2% das companhias analisadas estão de acordo com as exigências do CPC 25-/2009.

Jesus e Souza (2016) procuraram demonstrar o impacto do reconhecimento de passivos contingentes na situação econômica de 50 empresas brasileiras auditadas por *big four* por meio da simulação do reconhecimento das contingências passivas como provisão. Os resultados obtidos evidenciaram que 60% das empresas diminuíram seu lucro em mais de 100% e 6% apresentaram a situação de passivo a descoberto.

Costa *et al.* (2017) analisaram as diferenças divulgadas no tocante à natureza dos passivos contingentes das empresas listadas na BM&FBOVESPA (atual B3) do Brasil e na ASX da Austrália durante o período de 2010 a 2015, com dados sobre as categorias que representam as características contingenciais. Os resultados demonstraram que, no Brasil, a categoria do passivo contingente predominante é a tributária, que corresponde a 56% do total de passivos contingentes evidenciados. Já na Austrália são as garantias, que correspondem quase à totalidade das contingências verificadas, ou seja, 98%. Além disso, a partir do teste de diferença de médias Kruskal Wallis, constatou-se que a hipótese nula foi rejeitada para quatro características de passivos contingentes abordados (cível, trabalhista, tributária e garantias), indicando que as médias são estatisticamente distintas.

Silva, Araújo e Santos (2018) analisaram a relação entre a rentabilidade e o *disclosure* de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. A amostra foi formada por 38 empresas de ações negociadas na B3, enquadradas no grupo de alto impacto poluidor no período de 2011 a 2016, conforme a Lei nº 10.165/2000, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e aplicou-se a regressão múltipla de efeito fixo. O resultado apresentou significância estatística entre a variável independente Rentabilidade (RENT) e o *disclosure*, porém, com um coeficiente negativo, ou seja, as empresas mais rentáveis não são necessariamente aquelas que mais divulgam informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais. Tal resultado contraria o argumento de que as empresas mais rentáveis tendem a divulgar mais informações do que aquelas menos rentáveis, justamente para se diferenciar delas.

Dessa forma o estudo preenche a lacuna de pesquisa ao investigar se o contexto pandêmico provoca diferenças significativas na evidenciação das contingências passivas.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva quanto aos objetivos, com abordagem quantitativa em relação ao problema de pesquisa, realizada por meio de pesquisa documental, cujos dados foram coletados nas notas explicativas das empresas listadas na B3. Nesse sentido, a população da pesquisa corresponde às companhias listadas na B3, no segmento novo mercado, totalizando 204 empresas. As empresas estão listadas no Quadro 02.

**Quadro 02:** População da Pesquisa

3R PETROLEUM	ALLIAR	EQUATORIAL	LIGHT S/A	ODONTOPREV	SLC AGRICOLA
AERIS	P.ACUCAR-CBD	ETERNIT	WDC NETWORKS	OMEGAENERGIA	SMART FIT
AES BRASIL	LOCAMERICA	EVEN	LOCALIZA	ONCOCLINICAS	SPRINGS
AGROGALAXY	SABESP	EZTEC	LOCAWEB	ORIZON	SUZANO S.A.
ALIANSCSONAE	COPASA	FER HERINGER	LOG COM PROP	OSX BRASIL	SYN PROP TEC
ALLIED	CIELO	FLEURY	LOG-IN	OUROFINO S/A	TIME FOR FUN
ESTAPAR	CLEARSALE	FOCUS ON	QUERO-QUERO	PADTEC	TC
ALPER S.A.	VIVEO	GAFISA	LOJAS RENNER	PARANAPANEMA	TECHNOS
ALPHAVILLE	COGNA ON	GETNINJAS	LOPES BRASIL	PORTOBELLO	TECNISA
AMBIPAR	CBA	GPS	LUPATECH	PDG REALT	TEGMA
AMERICANAS	TENDA	GRENDENE	M.DIASBRANCO	PETZ	TERRASANTAPA
ANIMA	COSAN	GRUPO SOMA	MAGAZ LUIZA	PETRORIO	TIM
AREZZO CO	CPFL ENERGIA	GRUPO MATEUS	METAL LEVE	PETRORECSA	TOTVS
ARMAC	CRUZEIRO EDU	GRUPO SBF	MARFRIG	PLANOEPLANO	TRIUNFO PART
CARREFOUR BR	CSU CARDSYST	HAPVIDA	LOJAS MARISA	POMIFRUTAS	3TENTOS
ATMASA	CURY S/A	HBR REALTY	MELIUZ	PORTO SEGURO	TRISUL
B3	CVC BRASIL	HELBOR	MELNICK	POSITIVO TEC	TUPY
BBSEGURIDADE	CYRELA REALT	HIDROVIAS	METALFRIO	PRINER	ULTRAPAR
BRASIL	D1000VFARMA	MATER DEI	MILLS	PROFARMA	UNICASA
BEMOBI TECH	DESKTOP	HYPERA	MINERVA	QUALICORP	UNIFIQUE
BK BRASIL	DEXCO	INDS ROMI	MITRE REALTY	RAIADROGASIL	VALE
BLAU	DASA	INFRACOMM	MMX MINER	REDE D OR	VALID
BOA SAFRA	DIMED	IHPARDINI	MOBLY	LE LIS BLANC	VAMOS
BOA VISTA	DIRECIONAL	INTELBRAS	MOSAICO	RNI	VIA
BR MALLS PAR	DOTZ SA	IMC S/A	MOURA DUBEUX	ROSSI RESID	VIBRA
BR PROPERT	ECORODOVIAS	IOCHP-MAXION	MOVIDA	RUMO S.A.	VITTIA
BR BROKERS	ENERGIAS BR	IRANI	ESPACOLASER	SANTOS BRP	VIVARA S.A.
BRASILAGRO	ELETROMIDIA	IRBBRASIL RE	MRV	SAO CARLOS	VIVER
BRF SA	EMBRAER	JALLESMACHAD	MULTILASER	SAO MARTINHO	VULCABRAS
BRISANET	PAGUE MENOS	JBS	GRUPO NATURA	ASSAI	WEG
CAIXA SEGURI	ENAUTA PART	JHSF PART	NEOENERGIA	SEQUOIA LOG	WESTWING
CAMIL	ENEVA	JSL	NEOGRID	SER EDUCA	WILSON SONS
CCR SA	ENGIE BRASIL	KORA SAUDE	INTERMEDICA	SIMPAR	WIZ S.A.
CEA MODAS	ENJOEI	LAVVI	OCEANPACT	SINQIA	YDUQS PART

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2022)

De acordo com o site da B3 (2021) o segmento Novo Mercado estabeleceu desde sua criação em 2002, um alto padrão de governança corporativa caracterizado por um grau elevado de transparência exigido pelos investidores para novas aberturas de capital. Desse modo presume-se que exista um maior nível de evidência das contingências nas referidas empresas.

Optou-se pelos anos de 2019 e 2020 para fins de comparação da divulgação das contingências antes e após o início da pandemia que ainda não terminou. Não coletou-se dados de 2021 pois os dados anuais referentes ao ano de 2021 ainda não foram divulgados pelas cias listadas até o momento da execução do presente estudo.

Para análise da evidência dos passivos contingentes será utilizada uma métrica elaborada por Jesus e Souza (2016) baseada no CPC 25 é apresentada no Quadro 03.

**Quadro 03 –** Métrica utilizada na análise da evidência dos passivos contingentes

<b>i1</b>	Breve descrição do passivo contingente
<b>i2</b>	Estimativa do efeito financeiro
<b>i3</b>	Indicação de incertezas sobre data e valores de qualquer saída de recursos
<b>i4</b>	Possibilidade de qualquer reembolso

**Fonte:** Jesus e Souza (2016) adaptado do CPC-25/2009

Para aplicação da métrica de evidência dos passivos contingentes, foi atribuído o valor 1 (um) para as empresas que fazem a evidência e 0 (zero) para aquelas que não fazem, correspondendo a uma variação categórica, de zero (0) à quatro (4). As demais variáveis podem ser verificadas com o auxílio do Quadro 04.

**Quadro 04:** Variáveis Utilizadas

Variáveis - Plan_Reg	Função	Tipo Variável	Referencial Teórico
Contingenciamento (VD)	Corresponde ao volume de recursos reconhecido nas demonstrações contábeis	Contínua	Pinto <i>et al.</i> (2014); Costa <i>et al.</i> (2017); Silva, Araújo e Santos (2018)
Ano (VI)	Identifica o exercício de registro, 2019 ou 2020	Dummy	Pinto <i>et al.</i> (2014); Costa <i>et al.</i> (2017)
Divulgação (VI)	Aponta de forma geral se houve divulgação de contingências.	Dummy	Suave <i>et al.</i> (2013); Costa <i>et al.</i> (2017); Silva, Araújo e Santos (2018)
Desc.Natur (VI)	Corresponde a descrição da natureza do passivo contingente.	Dummy	Suave <i>et al.</i> (2013); Jesus e Souza (2016); Costa <i>et al.</i> (2017); Silva, Araújo e Santos (2018)
Estim.Efeit.Fin (VI)	Estimativa do efeito financeiro, ou seja, dos valores das contingências evidenciadas nas notas explicativas	Dummy	Suave <i>et al.</i> (2013); Jesus e Souza (2016); Costa <i>et al.</i> (2017); Silva, Araújo e Santos (2018)
Incert.DatVal (VI)	Aponta incertezas sobre data de ocorrência e valores das contingências	Dummy	Suave <i>et al.</i> (2013); Jesus e Souza (2016); Costa <i>et al.</i> (2017); Silva, Araújo e Santos (2018)
Poss.Reembolso (VI)	Identifica a possibilidade de reembolso das contingências reconhecidas	Dummy	Suave <i>et al.</i> (2013); Jesus e Souza (2016); Costa <i>et al.</i> (2017); Silva, Araújo e Santos (2018)
Tributário (VI)	Contingências de natureza tributária	Contínua	Jesus e Souza (2016); Costa <i>et al.</i> (2017)
Cível (VI)	Contingências de natureza cível	Contínua	Jesus e Souza (2016); Costa <i>et al.</i> (2017)
Trabalhista (VI)	Contingências de natureza trabalhista	Contínua	Jesus e Souza (2016); Costa <i>et al.</i> (2017)
Set_Atu (VC)	Setor de atuação das empresas analisadas	Categórica	Suave <i>et al.</i> (2013); Pinto <i>et al.</i> (2014); Silva, Araújo e Santos (2018)
AtivoTotal (VC)	Valor total do ativo das empresas	Contínua	Suave <i>et al.</i> (2013); Silva, Araújo e Santos (2018)
Endividamento_2019 (VC)	Obtido pelo quociente do exigível pelo ativo total	Contínua	Scarpin, Macohon e Dallabona (2014); Silva, Araújo e Santos (2018)
Exigível (VC)	Valor total do passivo das empresas	Contínua	Scarpin, Macohon e Dallabona (2014)

**Nota:** VD - Variável Dependente; VI - Variável Independente; VC - Variável de Controle.

**Fonte:** Elaborado pelos Autores (2022)

Nesse sentido, foram necessários dois instrumentos distintos, o primeiro relacionado à comparação de médias entre os períodos, bem como uma análise de regressão, utilizando o volume de recursos contingenciados como componente endógeno. O protocolo de pesquisa encontra-se no Quadro 05.

Com o intermédio desse instrumento, foi possível utilizar ferramentas que permitam responder ao objetivo de pesquisa, tanto no que se refere a análise de diferenças significativas na evidenciação dos passivos contingentes antes e após o início da pandemia da Covid-19, como também na análise dos critérios de evidenciação que explicam o contingenciamento divulgado.

**Quadro 05:** Protocolo de Pesquisa

Etapa	Objetivo	Ferramenta de Análise	Suporte teórico
1.1	Conhecer a composição e comportamento da população	Estatísticas Descritivas e Distribuição de Frequências	Fávero e Belfiore (2017)
1.2	Verificar a normalidade univariada e homogeneidade das variâncias dos dados	Teste de Kolmogorov-Smirnov e teste de Bartlett	Korkmaz, Goksuluk e Zararsiz (2014); Fávero e Belfiore (2017)
1.3	Comparar as diferenças de médias dos registros antes e após pandemia da Covid-19	Teste Wilcoxon	Maroco (2007)
1.4	Analisar em que medida as métricas de evidenciação permitem explicar o volume de recursos contingenciados	Análise de Regressão	Fávero e Belfiore (2017)

**Nota:** Teste de diferença de médias considera  $H_0: \mu_d = 0$  de modo que  $H_1: \mu_d \neq 0$ ; a significância dos testes assume  $*0,1$   $**0,05$   $***0,01$ ; a análise de regressão considera o procedimento *stepwise* para identificação de um subconjunto de preditores ao modelo; os diagnósticos do modelo de regressão, relativos à normalidade dos resíduos, multicolinearidade, heterocedasticidade e autocorrelação, consideram os packages criados por Zeileis e Hothorn (2002), Fox e Weisberg (2019) e Gross e Ligges (2015).

**Fonte:** Elaborado pelos Autores (2022)

De maneira preliminar, em virtude da ausência de determinados dados e da existência de *outliers*, a base de dados foi submetida aos procedimentos de adequação proposto por Komsta (2022) e à interpolação linear (MORITZ, 2017). Após esse procedimento, os dados foram consolidados em planilha eletrônica e analisados com o auxílio do software R versão 4.1.3.

Após essa etapa de adequação, os dados foram analisados mediante estatísticas descritivas, as quais possibilitam uma melhor compreensão do comportamento das variáveis em relação aos valores centrais, frequências, dispersões ou às distribuições interquartílicas (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

Em seguida, verificou-se a adequação dos dados aos pressupostos dos testes paramétricos, por meio da análise da normalidade e da homogeneidade das variâncias. Com base nos resultados obtidos, foram aplicados testes de comparação de médias, os

quais forneceram respostas parciais ao objetivo do estudo.

Como análise complementar, foi aplicada a regressão, ferramenta que permite ampliar a discussão sobre o envolvimento das variáveis indicadas na explicação do volume de recursos contingenciados, ao possibilitar o estudo da relação entre uma variável dependente e uma ou mais independentes. (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Tendo em conta o protocolo estabelecido, para atendimento ao objetivo de pesquisa, as análises se iniciam por meio de estatísticas descritivas. Dito isso, por meio da Tabela 01, são apresentadas as distribuições de frequências relativas às variáveis dicotômicas.

**Tabela 01:** Distribuição de Frequência

Exercício	Ocorrência	Divulgação	Desc.Natur	Estim.Efeit.Fin	Incert.DatVal	Poss.Reembolso
2019	0	15	9	8	202	176
	1	189	195	196	2	28
2020	0	10	29	6	202	176
	1	194	175	198	2	28

Nota: Elaborado pelos autores (2022)

Acerca da "Divulgação", nota-se que mais de 90% das observações assinalam que houve indicativo nas demonstrações contábeis. Em princípio, não é nítido divergência entre os períodos analisados, tanto em 2019 quanto em 2020. Em seguida, discute-se sobre as métricas levantadas por Jesus e Souza (2016 adaptado do CPC-25/2009).

Dentre essas quatro variáveis, a indicação de incertezas sobre data e valores de qualquer saída de recursos e a possibilidade de qualquer reembolso não apresentaram ocorrências na maioria das observações. Entretanto, em todas as variáveis analisadas a análise entre períodos se manteve equânime, sugerindo indícios que não houve diferenças significativas antes e após a pandemia, ao menos no que se refere a essas variáveis.

**Tabela 02:** Estatísticas Descritivas

	Contigen	Tributária	Cível	Trabalhista	AtivoTotal	Endivid	Exigível
<b>2019</b>							
Min	46	8	2	3	50	0,05	50
1°Qt	24.200	44.754	6.896	4.083	833.189	0,49	507.995
Média	1.247.548	1.008.626	254.221	64.101	18.149.764	0,72	13.697.733
Mediana	139.039	164.871	31.443	15.700	2.555.522	0,66	1.688.382
DesvPad	3.870.851	3.002.615	685.306	121.934	107.248.928	0,59	96.992.199
CoefVar	3	3	3	2	6	0,83	7
3°Qt	598.259	453.167	176.473	71.409	10.217.470	0,78	5.933.585
Máx	41.327.000	29.474.000	4.589.040	875.346	1.481.095.164	6,98	1.372.530.270
<b>2020</b>							
Min	15	8	20	3	500	0,04	500
1°Qt	28.284	42.350	6.247	4.584	1.362.206	0,49	666.027
Média	1.207.693	1.048.543	207.311	78.668	12.969.797	0,69	8.121.031
Mediana	111.670	174.441	29.481	18.528	3.366.866	0,65	2.033.039
DesvPad	3.077.805	2.681.444	539.227	236.164	37.893.758	0,49	18.893.698
CoefVar	3	3	3	3	3	0,71	2
3°Qt	704.624	577.057	141.821	61.459	11.122.966	0,76	6.786.565
Máx	18.147.562	16.586.353	3.765.974	2.846.000	478.130.000	4,67	180.986.000

**Nota:** Coef.Var - Coeficiente de Variação (CV = ) em que  $\sigma$  representa o desvio padrão populacional e corresponde à média.

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2022)

Tendo em conta os resultados obtidos na Tabela 02, percebe-se que os valores de tendência central, relativos à média e mediana, de maneira isolada, são similares entre os períodos antes e após e pós pandemia. Entretanto, na comparação entre de resultados, percebe-se que os valores da mediana são inferiores à média, o que indica que a média pode não representar a centralidade da população de modo íntegro.

Ainda utilizando os valores decorrentes da média, foi realizada a comparação com o coeficiente de variação, em que também se observam valores similares nos períodos antes e após a pandemia. O mesmo ocorre com a dispersão interquartilica, tanto no primeiro quanto no terceiro quartil. Tais resultados reiteram a possibilidade de que a alteração nas variáveis utilizadas no estudo não apresenta variações notáveis entre os períodos analisados, no que se refere à centralidade populacional e distância interquartilica.

Contudo, em uma análise quanto à dispersão dos dados, há uma divergência entre os valores máximos que sugere uma possível assimetria acentuada nos registros no período anterior à

pandemia. Tais resultados ainda serão confrontados com análises estatísticas relativas à diferença de médias e análise de regressão.

#### 4.1 Teste de diferença de médias

Considerando a resolução parcial do objetivo da pesquisa, procede-se à aplicação do teste de diferença entre duas médias emparelhadas, o qual permite identificar possíveis mudanças significativas no comportamento das variáveis antes e após a pandemia da Covid-19. Contudo, é necessário verificar previamente a normalidade da distribuição dos dados e a homogeneidade das variâncias, a fim de definir o método estatístico mais adequado. (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

Conforme acusam os testes de normalidade e homogeneidade das variâncias, as variáveis analisadas atendem apenas parcialmente os critérios para adoção de testes paramétricos. Diante disso, por precaução, optou-se pela adoção do teste de Wilcoxon para verificar a diferença de médias entre os exercícios pré e pós pandemia. Como demonstra a Tabela 03:

**Tabela 03:** Normalidade da Distribuição, Homogeneidade das Variâncias e Diferença de Médias

Variável	Normalidade		Homogeneidade	Teste de Wilcoxon
	2019	2020		
Contingenciamento	0,4823	0,0414**	0,0343	0,0001***
Divulgação	-	-	-	0,3458
Desc.Natur	-	-	-	0,0012***
Estim.Efet.Fin	-	-	-	0,3458
Incert.Dat.Val	-	-	-	NA
Poss.Reembolso	-	-	-	NA
Tributário	0,0456**	0,2338	0,0101***	0,0004***
Civil	0,6371	0,3801	0,0660**	0,0954*
Trabalhista	0,2091	0,7389	0,1919	0,1408
AtivoTotal	0,2217	0,0482	0,0012***	0,0000***
Endividamento	0,0010***	0,0010***	0,0027***	0,3597
Exigível	0,0291**	0,0725	0,0392**	0,0000***

**Nota:** Dada a divergência de classificação das variáveis, apenas aquelas classificadas como contínuas foram objeto de análise de normalidade e homogeneidade das variâncias; NA corresponde aos resultados inconclusivos.

Fonte: Elaborado pelos Autores (2022)

Apenas parte das variáveis levantadas no estudo demonstrou diferenças significativas nos períodos antes e após a pandemia. Cumpre destacar que “Contingenciamento” ( $V = 7441,5$ ,  $p$ -valor =  $0,0001$ ), também utilizada como variável dependente no modelo de regressão, apresenta diferenças entre os períodos. Isso pode indicar que houve uma revisão nos critérios de mensuração dos valores a serem contingenciados em virtude da crise pandêmica. Messias, Rosa e Ribeiro (2021) atentam para o aumento de demandas judiciais durante a pandemia e consequentemente de contingências em função da dificuldade de vazão dos processos judiciais no período pandêmico.

Em consonância com esses achados, Anghel, Boitan e Marchewka-Bartkowiak (2021) analisaram o crescimento do rico fiscal nos países da União Europeia resultante de passivos contingentes governamentais oriundos na crise e verificaram que a pandemia foi responsável pelo aumento das dívidas e dos passivos contingentes das empresas analisadas. De acordo com os autores, a incerteza relacionada à duração da pandemia e as perspectivas de recuperação econômica, pressões ascendentes sobrepostas sobre as dívidas públicas e privadas estão alimentando a exposi-

ção dos países a riscos fiscais e consequentemente ao aumento de demandas judiciais. Os autores ainda enfatizam que a crise da COVID-19 desencadeou o aumento da probabilidade de inadimplência das empresas, o que comprometerá a flexibilidade financeira das empresas em toda a Europa podendo colocar em risco a continuidade dos negócios (ANGHEL; BOITAN; MARCHEWKA-BARTKOWIAK, 2021).

As demais variáveis que apresentaram diferenças significativas foram “Desc.Natur” ( $V = 565,5$ ,  $p$ -valor =  $0,0012$ ), “tributário” ( $V = 7140$ ,  $p$ -valor =  $0,0003$ ), “Civil” ( $V = 8864$ ,  $p$ -valor =  $0,09544$ ), “AtivoTotal” ( $V = 2622$ ,  $p$ -valor <  $0,0000$ ), e “Exigível” ( $V = 3000$ ,  $p$ -valor <  $0,0000$ ). Essas variáveis indicam que a natureza do passivo é um item que passou a receber divulgação distinta após a pandemia, especialmente aquelas de natureza tributária e civil. Nessa perspectiva Neves e Bonfim (2022) alertam que em virtude da pandemia da Covid-19 algumas características das provisões e dos passivos contingentes reconhecidos pelas empresas podem ter sido alteradas.

Por sua vez, as variáveis relacionadas ao valor total do ativo e do passivo também demonstraram alterações. Este resultado vai

ao encontro do entendimento que o período de incertezas advindo com as alterações de mercado provocadas pela Covid-19 alteraram a composição do ativo e passivo das empresas analisadas, diferentemente dos achados de Freitas e Ramos (2021) que não encontraram diferenças significativas durante o período pandêmico nas contas do ativo e passivo que formam os indicadores de liquidez e endividamentos das empresas.

Em atenção ao objetivo do estudo, sobretudo quanto a eventual existência de diferenças significativas na evidenciação dos passivos contingentes antes e após o início da pandemia da Covid-19, verifica-se que de fato existem indícios que determinadas variáveis, relacionadas ao volume de recursos contingenciados, comportaram-se de modo distinto entre os períodos analisados.

## 4.2 Análise de Regressão

Apesar dos resultados obtidos nos testes de diferença de médias, observa-se que o objetivo da pesquisa exige um aprofundamento da análise, ao investigar em que medida os critérios de

evidenciação explicam o contingenciamento divulgado. Sob essa perspectiva, as variáveis indicadas anteriormente foram submetidas ao teste de regressão capaz de identificar se as variâncias encontradas nas variáveis independentes e de controle explicam o comportamento dos volumes contingenciamentos.

Para tanto a equação proposta é sugerida inicialmente da seguinte forma:

$$\text{Contingenciamento}_i = \alpha + \beta_1 \text{Ano}_i + \beta_2 \text{Set\_Atu}_i + \beta_3 \text{AtivoTotal}_i + \beta_4 \text{Endividamento}_i + \beta_5 \text{Exigível}_i + \beta_6 \text{divulgação}_i + \beta_7 \text{DescNatur}_i + \beta_8 \text{Estim.Efeit.Fin}_i + \beta_9 \text{Incert.Dat.Val}_i + \beta_{10} \text{PossReembolso}_i + \beta_{11} \text{Tributário}_i + \beta_{12} \text{Cível}_i + \beta_{13} \text{Trabalhista}_i + u_i \quad (1)$$

Contudo, visando construção exploratória mais adequada para identificar os preditores mais úteis ao modelo requerido, foi aplicado o procedimento *stepwise*. Os dados regredidos estão presentes na Tabela 04.

**Tabela 04: Teste de Regressão**

Variável	Coefficiente	Erro	t-valor	p-valor	VIF
Intercepto	-3.927e+05	2.912e+05	-1.349	0.178232	
AtivoTotal	4.628e-02	6.717e-03	6.890	2.17e-11***	40,63
Exigível	-4.698e-02	7.417e-03	-6.335	6.41e-10***	37,41
Desc.Natur	4.915e+05	2.971e+05	1.655	0.098802*	1,04
Incert.DatVal	-1.691e+06	8.645e+05	-1.956	0.051137**	1,01
Tributário	6.574e-01	3.822e-02	17.202	< 2e-16***	1,64
Cível	2.119e+00	1.829e-01	11.588	< 2e-16***	1,77
Trabalhista	-2.543e+00	6.566e-01	-3.873	0.000126***	2,12
Teste F	F (7,400) = 185.8, p-valor < 0,0000				
R <sup>2</sup>	0,7648				
R <sup>2</sup> ajust	0,7607				
Diagnósticos do Modelo					
Shapiro-Francia	W = 0.55725, p-valor < 0,0000				
Goldfeld-Quandt	GQ (380,12) = 1.4941, p-valor = 0.219				
Harrison-McCabe	HMC = 0.025922, p-valor = 0.041				
Breusch-Godfrey	LM test (1) = 0.17253, p-valor = 0.6779				
Durbin-Watson	DW = 2.034, p-valor = 0.6114				

**Nota:** A normalidade dos resíduos não apresentou a significância requerida no teste de Shapiro Francia, contudo a distribuição de normalidade foi verificada por meio de um histograma dos resíduos, o qual não foge drasticamente de uma distribuição normal; os demais testes correspondem à verificação de multicolinearidade (VIF), heterocedasticidade (Goldfeld-Quandt e Harrison-McCabe), autocorrelação dos resíduos (Breusch-Godfrey e Durbin-Watson); A equação ajustada após o procedimento *stepwise* pode ser definida como:

$$\text{Contingenciamento}_i = \alpha + \beta_1 \text{AtivoTotal}_i + \beta_2 \text{Exigível}_i + \beta_3 \text{DescNatur}_i + \beta_4 \text{Incert.Dat.Val}_i + \beta_5 \text{Tributário}_i + \beta_6 \text{Cível}_i + \beta_7 \text{Trabalhista}_i + u_i$$

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2022)

O teste de regressão aponta uma capacidade explicativa do modelo de aproximadamente 76%, considerado satisfatório para explicação dos movimentos observados nos volumes de recursos contingenciados. Para assegurar a robustez dos resultados, os testes que verificam o atendimento aos pressupostos do modelo também apresentaram dados consistentes que satisfazem as premissas desejadas.

Em que pese o autor valor de inflação da variância (VIF), optou-se pela manutenção das variáveis "AtivoTotal" e "Exigível", visto que as correlações com a variável dependente não foram conside-

radas expressivas,  $r = 0,3966^{***}$  e  $r = 0,3201^{***}$ , respectivamente. Posto isso, entende-se que tais variáveis oriundas da capacidade de gerar benefícios futuros ou obrigações à empresa, possuem uma estreita ligação com o volume de recursos contingenciados, haja vista que as incertezas do ambiente pandêmico altera as condições das organizações em exercer suas atividades e prever o comportamento do mercado em que atuam. Nesta perspectiva Almeida e Costa (2022) demonstraram que a variável tamanho, medida pelo Ativo Total foi significativa para explicar a evidenciação de riscos das empresas no período pandêmico, inclusive os

contingenciamentos. Por sua vez, Silva, Sanches e Igarashi (2019) identificaram que a evidenciação do volume contingenciado explica uma elevação do passivo em 14,8%, entretanto não analisaram o período pandêmico.

A variável “*Incert.DatVal*” apresentou estatística significativa ao nível de 0.05, suficiente para discussão de seus resultados. Compulsando os dados conceituais sobre seu relacionamento com o contingenciamento de recursos, assume-se que a insegurança advinda com a Covid-19 alterou a capacidade de predição das empresas e trouxe certa incerteza quanto à evidenciação, em termos de data e valor. Ou seja, quanto maior a incerteza presente no ambiente, menor a capacidade da organização em mensurar os recursos contingenciados, o que pode ser verificado pelo coeficiente no modelo de regressão.

Acerca das variáveis “*tributário*”, “*cível*” e “*trabalhista*”, representam as opções de contingenciamento significativas realizadas pelas empresas analisadas. Sob essa perspectiva os movimentos decorrentes das três variáveis são objetos de evidenciação, resultado que reforça a preocupação das empresas com o lançamento de passivos contingentes dessas naturezas, em consonância com os achados de Suave et al (2013) que verificaram que as empresas listadas na B3 divulgam sobretudo processos judiciais relacionados à demandas fiscais, cíveis e trabalhistas, com menor divulgação de contingências ambientais. Além disso, Neves e Bonfim (2022) analisaram a evidenciação de provisões e passivos contingentes das empresas brasileiras listadas na B3 de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental e verificaram que a maior parte, 75%, divulgam contingências dessas naturezas, sendo a maior parte delas de natureza tributária, 63%.

Ainda em relação às naturezas dos passivos, a variável “*Desc. Natur*” demonstra se houve a descrição da natureza do passivo contingente. Resultado significativo sob o ponto de vista estatístico, que reforça o compromisso das empresas em apontar a origem do passivo e as incertezas no âmbito que o lançamento ocorre em conformidade com um dos principais itens exigidos pela norma CPC 25 (2009).

Por fim, em atenção ao objetivo de pesquisa, percebe-se certo alinhamento entre as variáveis que apresentaram diferenças significativas na evidenciação de passivos contingentes, conforme teste de Wilcoxon e as medidas estatísticas decorrentes que permitem explicar o contingenciamento divulgado. Isto é, com exceção da variável “*trabalhista*”, as demais resultantes na equação econométrica também demonstraram diferenças antes e após a pandemia da Covid-19.

Este resultado reforça que houve uma distinção nas características de evidenciação advindas com a pandemia. Outrossim, reitera que tais diferenças podem apresentar uma capacidade explicativa superior à média na ordem de aproximadamente 76% dos passivos contingenciados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo verificar o efeito da pandemia no nível de evidenciação e no valor dos passivos contingentes. Foi utilizada análise exploratória e descritiva com abordagem quantitativa realizada por meio de investigação documental das empresas listadas na B3 no segmento Novo Mercado, em que os dados foram obtidos nas notas explicativas das empresas componentes da população da pesquisa. Para tanto, realizou-se uma análise descritiva dos dados, testes de diferença de médias e análise de regressão para verificar a existência de diferenças significativas nos períodos de 2019 e 2020, ano que antecedeu e que iniciou a pandemia da COVID-19 respectivamente, de modo a atender ao objetivo geral do estudo.

Por meio da análise descritiva dos dados de *disclosure* dos itens e dos testes de diferença de médias constatou-se que não

há diferenças significativas entre os períodos de 2019 e 2020 indicando que as médias não se diferenciam estatisticamente, ou seja, que a pandemia não provocou mudanças significativas no nível de *disclosure* dos itens das empresas analisadas, o que demonstra que as empresas, independente do cenário de crise e incerteza presentes no país e a nível mundial, vem mantendo o padrão de divulgação exigido pela norma, CPC-25/2009. Portanto, ao verificar os itens da métrica ensejada pelo pronunciamento técnico do CPC 25 em relação ao *disclosure* das informações evidenciadas nas notas explicativas das empresas analisadas, percebeu-se aderência das empresas às informações preconizadas pela norma no tocante aos passivos contingentes, diferentemente dos achados encontrados no estudo de Costa et al. (2017) que analisaram as diferenças divulgadas no tocante à natureza dos passivos contingentes das empresas listadas na BM&FBovespa (atual B3) do Brasil e na ASX da Austrália durante o período de 2010 a 2015 e encontraram que a aderência das empresas às informações preconizadas nos códigos CPC 25 no Brasil, e AASB 137 na Austrália, equivalente ao CPC 25 brasileiro, ainda é tímida.

Em relação ao valor dos passivos contingentes divulgados nos dois períodos, optou-se pela aplicação de testes não-paramétricos em função das variáveis atenderem parcialmente aos pressupostos dos testes paramétricos. Dessa forma, utilizou-se o teste de Wilcoxon, uma alternativa não paramétrica ao teste t de Student, adequando para a comparação de duas médias populacionais quando os dados não apresentaram distribuição normal. Os resultados do teste indicaram diferenças significativas nos valores das contingências divulgadas antes e durante a pandemia, evidenciando que as médias são estatisticamente distintas. Assim, constatou-se que o período pandêmico impactou de forma relevante a forma de evidenciação dessas contingências. Conforme Messias, Rosa e Ribeiro (2021) o Poder Judiciário não consegue dar vazão adequada e razoável às demandas judiciais normalmente e esse fato vem sendo agravado durante a pandemia, o que pode ensejar o aumento das contingências evidenciadas pelas empresas em suas notas explicativas.

A análise de regressão demonstrou que as variáveis utilizadas “*AtivoTotal*”, “*Incert.DatVal*”, “*tributário*”, “*cível*” e “*trabalhista*” e “*Desc. Natur*” foram significativas no modelo, apresentando uma capacidade explicativa de 76% nos movimentos observados nos volumes de recursos contingenciados, reforçando que houve uma distinção nas características das contingências evidenciadas, advindas com a pandemia. Em relação especificamente ao Ativo Total e ao Exigível observou-se uma diminuição significativa nos valores de máximos advinda com pandemia. Essa diminuição pode estar relacionada com o fato de as empresas estarem diminuindo ou desfazendo de seus ativos para gerar fluxo de caixa e sobreviver no contexto de crise. Já no tocante ao Exigível, tal diminuição pode estar relacionada ao fato das empresas estarem evitando contrair obrigações no contexto de crise que por ventura não tenham condições de liquidar.

Além disso, em consonância com os achados de Anghel, Boitan e Marchewka-Bartkowiak (2021) verificou-se que a crise pandêmica foi responsável pelo aumento das realizações de contingências passivas, e que esse aumento pode estar associado a riscos fiscais para as organizações. A incerteza relacionada à duração da pandemia e as perspectivas de recuperação econômica, pressões ascendentes sobrepostas sobre as dívidas públicas e privadas estão alimentando a exposição dos países a riscos fiscais e consequentemente ao aumento de demandas judiciais.

Sugere para futuros trabalhos verificar o efeito da COVID-19 na evidenciação de outros itens dos relatórios financeiros e também nas possíveis variações dos valores das contas as quais podem ter sofrido uma maior variação em decorrência da crise financeira e sanitária mundial. Sugere-se também explorar possíveis variáveis explicativas para os efeitos da Covid-19 nos demais itens divulgados nas demonstrações contábeis.

## REFERÊNCIAS

- ANGHEL, Dan Gabriel; BOITAN, Iustina Alina; MARCHEWKA-BARTKOWIAK, Kamilla. Growing fiscal risk in European Union resulting from government contingent liabilities in the pandemic crisis—assessment and policy recommendations. **Economic Research-Ekonomska Istraživanja**, p. 1-21, 2021.
- ALMEIDA, Clarissa Gonçalves de; COSTA, Thiago de Abreu. Evidenciação de Riscos Sobre Pandemias no Formulário de Referência: uma Abordagem no Contexto da Covid-19. **Pensar Contábil**, 2022.
- BERLE, Adolf A.; MEANS, Gardiner, C. **The Modern Corporation and Private Property**. New York: Routledge, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4324/9781315133188>> Acesso em 04 jan. 2022.
- B3 – BRASIL, BOLSA E BALCÃO. Disponível em: <<https://www.b3.com.br>> Acesso em: em 04 jan. 2022.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 25. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**, de 26 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?id=56>> Acesso em: em 04 jan. 2022.
- COSTA, Ingrid Laís de Sena; CORREIA, Thamirys de Sousa; MACHADO, Márcia Reis; LUCENA, Wenner Glaucio Lopes. Disclosure dos passivos contingentes: análise comparativa entre empresas de mercado aberto no Brasil e na Austrália. **Pensar Contábil**, v. 19, n. 69, 2017.
- DANTAS, José Alves; ZENDERSKY, Humberto Carlos; SANTOS, Sérgio Carlos dos; NIYAMA, Jorge Katsumi. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **E & G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2005.
- FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. Elsevier Brasil, 2017.
- FAZENDA. Contingências e Passivos Contingentes. **Fazenda e Planejamento**. Disponível em: <<https://portal.fazenda.sp.gov.br/aces-soinformacao/Paginas/Conting%C3%AAsncias-e-Passivos-Contingentes.aspx>> Acesso em 05 fev. 2022.
- FOX, J.; WEISBERG, S.; AN, R. Companion to Applied Regression, Third. 2019.
- FREITAS, Fernanda; RAMOS, Mayra. **Efeitos da pandemia de covid-19 nos indicadores econômico-financeiros das empresas brasileiras**. 2021.
- GELBCKE, Ernesto, Rubens; SANTOS, Ariovaldo; IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- GROSS, Juergen; LIGGES, Uwe. nortest: **Tests for Normality**. R package version 1.0-4. 2015. Disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=nortest>> Acesso em 12 abr. 2022.
- JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: managerial behavior, agency cost and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305- 360, 1976.
- JESUS, Simone Silva; SOUZA, Maira Melo. Impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas big four. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 10, n. 2, p. 43-63, 2016.
- KOMSTA, Lukasz. outliers: **Tests for outliers**. R package version 0.15., 2022. Disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=outliers>> Acesso em 12 abr. 2022.
- KORKMAZ, Selcuk; GÖKSÜLÜK, Dinçer; ZARARSIZ, GÖKMEN. MVN: An R package for assessing multivariate normality. **R JOURNAL**, v. 6, n. 2, 2014.
- HEALY, Paul M.; PALEPU, Krishna G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting & Economics**, vol 31, 2001
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. 11. ed. São Paulo. Atlas, 2014.
- MAROCO, João. **Análise estatística com utilização do SPSS**. 2007.
- MARTINS, Eliseu. **Não aguento mais ouvir falar em coronavírus: Mas é preciso escrever sobre as implicações da pandemia para a Contabilidade**. Pensamento Contábil, 2020. Disponível <https://pensamentocontabil.com.br/2020/04/22/nao-aguento-mais-ouvir-falar-em-coronavirus/> Acesso em 05 jan. 2022.
- MESSIAS, Ewerton Ricardo; ROSA, André Luis Cateli; RIBEIRO, Sirlene Elias. Revisão judicial dos contratos em função da pandemia: tragédia social e convite aos meios alternativos de resolução de controvérsias. **Revista Jurídica**, v. 2, n. 64, p. 309-336, 2021.
- MORITZ, Steffen; BARTZ-BEIELSTEIN, Thomas. imputeTS: time series missing value imputation in R. **R J.**, v. 9, n. 1, p. 207, 2017.

NAKAYAMA, Wilson Kazumi; SALOTTI, Bruno Meirelles. Fatores determinantes do nível de divulgação de informações sobre combinações de negócios com a entrada em vigor do pronunciamento técnico CPC 15. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 25, n. 66, p. 267-280, 2014.

NEVES, Cassiane Gloria Ferreira; BONFIM, Mariana Pereira. Panorama das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Pensar Contábil**, 2022.

PEREIRA, Gabriela Silva; SOUZA, Samuel Lucas; CRUZ, Cláudia Ferreira; SANTOS, Odilanei Moraes. Impactos da Pandemia da COVID-19 na Evidenciação das Demonstrações Contábeis das Maiores Empresas do Setor de Óleo e Gás Listadas na NYSE. In: 21º USP International Conference in Accounting. 2021. São Paulo. **Anais...São Paulo: SP, 2021.**

PINTO, Aline Fernandes; AVELAR, Bianca; FONSECA, Kellma Bianca Cardoso; SILVA, Miriã Borges Araújo; COSTA, Patrícia de Sousa. Value Relevance da Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes. **Revista Pensar Contábil**, v. 16, n. 61, 2014.

ROSA, Carolina Aguiar. **Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil**. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

SCARPIN, Jorge Eduardo; MACOHON, Edson Roberto; DALLABONA, Lara Fabiana. Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 8, n. 22, p. 3-14, 2014.

SILVA, André Felipe Pereira; ARAÚJO, Risolene Alves de Macena; SANTOS, Lívia Maria sa Silva. Relação da rentabilidade e o disclosure de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 17, n. 52, 2018.

SILVA, Thaís Alves; SANCHES, Simone Letícia Raimundini; IGARASHI, Deisy Cristina Corrêa. Contingências passivas e teoria dos prospectos: análise dos efeitos em indicadores financeiros de empresas de construção civil e construção pesada. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 7, n. 1, p. 39-57, 2019.

SOUZA, Maira Melo de; BORBA, José Alonso. Value relevance do nível de disclosure das combinações de negócios e do goodwill reconhecido nas companhias de capital aberto brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, p. 77-92, 2016.

SUAVE, Ricardo; CODESSO, Maurício Mello; PINTO, Hugo de Moraes; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues; LUNKES, Rogério João. Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da BM & FBovespa. **Revista da UNIFEFE**, v. 1, n. 11, 2013.

VIVIANI, Sueli; FERNANDES, Francisco Carlos. Qualidade da Evidenciação de Passivos Contingentes Relacionados ao Risco Legal: um estudo em empresas petrolíferas brasileiras, estadunidenses e britânicas. In: 38º. Encontro da ANPAD. 2014. Rio de Janeiro. **Anais... Rio de Janeiro: RJ, 2014.**

VOGLINO, Eduardo. **O Que é o Novo Mercado da B3 e os Níveis de Governança da Bolsa**. The Cap Renda Variável. Disponível em: < <https://comoinvestir.thecap.com.br/novo-mercado-niveis-de-governanca-b3/>> Acesso em 04 jan. 2022.

ZEILEIS, Achim ; HOTHORN, Torsten. **Diagnostic checking in regression relationships**. 2002. Disponível em: < <http://pkg.cs.ovgu.de/LNF/386/5.10/R/LNFr-lmtest/reloc/R-2.10/library/lmtest/doc/lmtest-intro.pdf>> Acesso em 12 abr. 2022.